

## **Cafeicultura no Planalto da Conquista: formação e composição do proletariado rural**

Aurelane Alves Santana <sup>1</sup>

**Resumo:** Até o final da década de 1960 havia no Planalto da Conquista uma mão de obra formada por homens e mulheres que viviam na condição de agregados, moradores, arrendatários ou meeiros nas grandes fazendas. Nesse período, a pecuária era a principal atividade da região e absorvia um número reduzido de trabalhadores explorados por relações paternalistas de trabalho. Com a vigência das políticas de espraiamento da cafeicultura pelo território brasileiro e a sua consequente expansão pelo Planalto da Conquista na década de 1970, o capitalismo criou formas de apropriação e separação que facilitaram a sua expansão e territorialização na região. Para tanto, provocou uma rápida valorização das terras conquistenses e deu início a um processo maciço de retirada dos camponeses do campo proletarizando-os. Em outras palavras, promoveu a instauração de sujeitos livres para venderem a sua força de trabalho, isto é, para se transformarem em trabalhadores assalariados.

**Palavras-chave:** Cafeicultura. Proletariado rural. Capital.

### **Introdução**

Até o final da década de 1960 havia no Planalto da Conquista uma mão de obra formada por homens e mulheres pobres, que viviam na condição de agregados, moradores, arrendatários ou meeiros nas grandes fazendas. Nesse período, a pecuária era a principal atividade da região e absorvia um número reduzido de trabalhadores explorados sob relações paternalistas de trabalho, dependentes das concessões feitas pelos proprietários de terras.

A contratação dos trabalhadores do campo não era individual, mas familiar e, na maioria das vezes, mascarava-se em relações de compadrio ou em outros predicados do clientelismo. O contrato de trabalho não era formal e constituía-se de um acordo verbal que poderia ser desfeito a qualquer momento pelos fazendeiros (MARTINS, 2004). A remuneração, por sua vez, não era paga integralmente em dinheiro, sendo parte dela realizada em produtos, como sementes, equipamentos agrícolas e outras necessidades do trabalhador.

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS)  
E-mail: aurelanesantana@gmail.com

De acordo com Franco (1974), muitas das obrigações pessoais dos trabalhadores estavam associadas aos ajustes de trabalho, pois os vínculos firmados não consideravam a expressão econômica da relação em sua totalidade, mas, sim, a junção de práticas laborativas e morais, em que lealdade, confiança, proteção e apadrinhamento eram predominantes.

Para Ruy Medeiros (2002), esses pobres do campo estavam inteiramente dominados por um conjunto de mecanismos que impediam o desenvolvimento de sua consciência política. A estrutura social definida pelo conjunto de fazendas símiles entorpeceria qualquer pensamento crítico por parte desses sujeitos, que na condição de sem terra e sem trabalho, numa região onde o exército de reserva de mão de obra já era amplo, dependiam perversamente dos consentimentos feitos pelos fazendeiros no que consistia ao acesso a terra e ao trabalho. Esse autor acrescenta que, nesse período, o emprego era concebido como um “dom divino” e a agregação um favor que impunha fidelidade. O trabalho nada mais era, assim, do que o trabalho camponês em terras de outrem, onde a labuta dividia-se entre tanger o gado do patrão, proteger a propriedade e cuidar das pequenas roças de subsistência que mantinham.

Salienta-se que esse tipo de convenção de trabalho era muito frágil e instável, pois os fazendeiros tinham o livre arbítrio para romper sumariamente com os seus empregados, deixando-os sem terra e na mais completa miséria se essa fosse a sua vontade. Portanto, deve-se entender que “os moradores [...] ou agregados nunca foram tratados com mimo pelos fazendeiros. Por qualquer motivo fútil, eles eram atirados à rua da amargura, uns virando quitandeiros, intrusos ou posseiros, outros forçados à vida de ociosos (GUIMARÃES, 1982, p. 281).

Diante disso, é preciso considerar que a submissão desses trabalhadores a tais condições de trabalho e de vida estava intimamente ligada ao monopólio das terras, além das disparidades sociais e de um mercado de trabalho incipiente, que fizeram com que os fazendeiros impusessem seu domínio à essa legião de homens e mulheres pobres do campo, dominando as suas vidas dentro e fora do trabalho.

Junto a essa massa de trabalhadores agregados, moradores e meeiros, havia, ainda, os camponeses, os pequenos proprietários de terras, os ocupantes de terras devolutas e os posseiros, que viviam da pequena agricultura e da venda do excedente da produção nas feiras da região, e que, mais tarde, com a instauração da agricultura

cafeieira, seriam violentamente expulsos e expropriados de suas terras (MEDEIROS, 2002).

Com a vigência das políticas de espraiamento da cafeicultura pelo território brasileiro, e a sua consequente expansão pelo Planalto da Conquista na década de 1970, o capitalismo criou formas de apropriação e separação que facilitaram a sua expansão e territorialização na região. Para tanto, provocou uma rápida valorização das terras conquistenses e deu início a um processo maciço de retirada dos camponeses do campo, proletarizando-os (SANTOS, 1987).

### **Cafeicultura: as transformações econômicas e sociais no Planalto da Conquista**

Com a vigência das políticas de espraiamento da cafeicultura pelo território brasileiro e a sua consequente expansão pelo Planalto da Conquista na década de 1970, o capitalismo criou formas de apropriação e separação que facilitaram a sua expansão e territorialização na região. Para tanto, provocou uma rápida valorização das terras conquistenses e deu início a um processo maciço de retirada dos camponeses do campo proletarizando-os. Em outras palavras, promoveu a instauração de sujeitos livres para venderem a sua força de trabalho, isto é, para se transformarem em trabalhadores assalariados.

A proletarização dos homens e mulheres pobres do campo dessa região consistiu numa efetiva instauração de sujeitos livres para venderem a sua força de trabalho, isto é, para se transformarem em trabalhadores assalariados. Diante disso, ressalta-se que o trabalho assalariado é condição imprescindível para a acumulação capitalista, pois é em si obra do capital (MENEZES, 2007). Ou seja, é no modo de produção capitalista que o trabalhador torna-se livre para vender a sua força de trabalho como mercadoria, permitindo, assim, a extração da mais-valia e, conseqüentemente, a acumulação do capital. Nesse sentido, Alves (2007, p. 18) salienta:

O capitalismo é o único modo histórico de produção em que a força de trabalho é mercadoria. Aliás, é a transformação essencial da força de trabalho em mercadoria através da instauração do trabalho livre, que dá-nos a chave da acumulação de mais-valia. Sem trabalho livre ou força de trabalho como mercadoria, não existiria produção de mais-

valia. Só a força de trabalho como mercadoria é capaz de produzir mais-valia.

De acordo com Medeiros (2002), como a cafeicultura no Planalto da Conquista se desenvolveu pautada nos preceitos de modernização da agricultura implementados pelo Estado a partir da década de 1950, a proeminente expansão do capitalismo no campo da região provocou a transformação de relações antigas de produção e de trabalho em relações de trabalho assalariado.

Para Martins (1986), a submissão do trabalho ao capital se dá por meio da apropriação da terra pelo capital. Corroborando com isso, Ianni (2004) aponta que, ao mesmo tempo em que as forças produtivas e as relações de produção se desenvolvem no campo, desenvolve-se também a classe operária rural. Nesse sentido,

o processo de capitalização da agricultura [...] leva à substituição de antigas relações de trabalho (parceria, colonato, pequenos proprietários, semi-assalariados) pelo trabalho assalariado, o que acarreta, em consequência, numa liberação de mão de obra despojada dos meios de produção (BASTOS; GONZALES, 1977, p. 38).

De acordo com Santos (1987, p. 101), essa liberação de mão de obra incorporada pelo capital agrário cafeeiro provocou profundas transformações sociais na região, que se evidenciaram nos processos de

fomentação, redirecionamento e ampliação dos fluxos migratórios; na expropriação dos pequenos proprietários retirando-lhes os seus meios de produção e proletarizando-os; e na fragilização dos pequenos produtores próximos da área cafeeira.

Como afirma Souza (2008, p. 436), o processo de assalariamento no campo conquistense veio acompanhado de formas ampliadas de exploração do trabalho, com o expressivo sufocamento dos direitos trabalhistas e o rebaixamento dos salários, devido, principalmente, ao incremento de maquinários poupadores de mão de obra integrantes do projeto de modernização da agricultura. Diante disso, como resultado, houve o surgimento de uma gama de trabalhadores volantes e temporários na figura do boia-fria,

“espelhando a degradação das condições objetivas, e da satisfação do mínimo aceitável à sobrevivência de qualquer ser humano”.

No texto “*O impacto social da lavoura cafeeira na Bahia: relatório de pesquisa*”, de Vanda Sampaio de Sá Barreto (1982, p. 65), o depoimento de um trabalhador rural evidencia, empiricamente, as transformações sociais quanto ao acesso a terra e ao trabalho, ocorridas no Planalto da Conquista a partir da introdução da agricultura cafeeira na região:

Até os anos de 1970, quase todo mundo tinha seu pedaço de terra. Então, quase não se tinha assalariado do campo. Todo mundo trabalhava e era fácil você chegar aqui e arranjar seu pedaço de terra para trabalhar de meia. O fazendeiro te “dava”: “vá plantando capim, fazendo sua roça”. Antes do café, se plantava milho, feijão... Hoje, fazendeiro não deixa plantar. É só para eles.

Portanto, antes da formação do proletariado do café, o camponês, ainda que não fosse o proprietário direto da terra, desempenhando as funções de parceiros, arrendatários ou ocupantes, por meio de contrato civil, tinham o direito de plantar meses ou anos indefinidos na terra, fosse ela sua ou de outrem. Isso quer dizer que, para viver, reproduziam as suas vidas a partir daquilo que produziam na terra e que vendiam nas feiras das vilas, povoados e cidades, não precisando, assim, que ninguém lhes pagasse salários, sendo também os donos de seus instrumentos de trabalho (SOUZA, 2008).

Para Mosconi (2003), a expansão da cafeicultura no Planalto da Conquista foi uma agressão à economia camponesa familiar, porque foi a partir dela que se efetivaram as bases necessárias para que os pequenos proprietários vendessem os seus lotes e para que as famílias de posseiros e agregados fossem desalojadas de suas terras de trabalho, havendo grande desagregação e disputas pela terra, e a transformação desses sujeitos em trabalhadores assalariados do café.

Sobre os desdobramentos do avanço do capitalismo agrário cafeeiro no campo e os seus rebatimentos nas relações de trabalho, Souza e Santos (2011, p. 6-7), observam:

O avanço das relações capitalistas no campo repercute nas relações de trabalho desenvolvidas até então, pois ao passo em que, em determinados locais, permite uma convivência com as relações de produção não-capitalistas (que predomina, sobretudo, nas áreas de

caatinga, que tiveram de forma menos direta o processo de modernização vinculada à expansão cafeeira), no geral, o que se assiste é o crescimento das relações capitalistas de produção e a difusão do assalariamento, mediante a conversão do camponês em trabalhador assalariado.

Segundo Kautsky (1980), a proletarização da população agrícola e a concentração fundiária são premissas do avanço das forças produtivas no campo. Para parte significativa dos camponeses da região, esse processo se efetivou por meio da retirada de suas terras, restando-lhe apenas, para sobreviver, a venda de sua força de trabalho. Conforme afirma Barreto (1982), a ocupação das terras pela cafeicultura contribuiu para o efetivo desalojamento desses sujeitos dos meios de produção, liberando-os definitivamente para o mercado de trabalho.

De acordo com Martins (1981), a transformação de homens e mulheres do campo em trabalhadores livres, libertos de toda propriedade pelo capital faz-se necessária para que lhes reste, apenas, a venda da sua força de trabalho como única alternativa de sobrevivência. Além disso, esse contingente de proletários que se forma a partir do desenvolvimento e expansão do capitalismo no campo cumpre a função de engrossar as fileiras do exército de reserva de mão de obra imprescindível para a manutenção do sistema do capital. Foi dentro dessa lógica perversa, que muitos trabalhadores rurais do Planalto da Conquista deixaram de produzir para si mesmos, para produzirem para os cafeicultores.

É por isso que, diante da implantação da cafeicultura na região, antigos pequenos proprietários, posseiros, agregados ou simples moradores, que antes se ocupavam da lavoura de subsistência no Planalto da Conquista, produzindo em regime familiar ou na pecuária, foram desalojados da terra pela compra das propriedades ou posses por expulsão para se tornarem trabalhadores assalariados na cafeicultura. Esse fato pode ser verificado em trecho de documento apresentado no III Congresso da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de 1988, que diz:

A introdução da lavoura cafeeira, em Vitória da Conquista, Barra do Choça, Encruzilhada, etc., trouxe sérias transformações: Antigos pequenos proprietários, posseiros e “agregados” (ou simples “moradores” da fazenda), que antes se ocupava com lavoura de subsistência, produzindo em regime familiar, foram desalojados da

terra: pela compra de suas propriedades ou posses, pela expulsão, pela exigência que o comprador fazia ao vendedor de uma “fazenda” tradicional de receber a propriedade “livre e desocupada de moradores, agregados ou trabalhadores”. A consequência é que muitos trabalhadores deixaram de produzir para si mesmos, com as suas famílias, forma expulsos da terra, e passaram a trabalhar para o “fazendeiro do café”.

É importante salientar que essa exigência de terras “livres e desocupadas de moradores, agregados e trabalhadores” nas negociações de compra e venda de propriedades para a cafeicultura, se dava porque os novos produtores queriam se eximir do pagamento de possíveis encargos trabalhistas, uma vez que muitos deles residiam e trabalhavam nessas fazendas há anos. Desse modo, por desconhecerem os acordos de trabalho firmados entre patrões e empregados, optavam por uma terra sem ninguém, contribuindo efetivamente para a acentuação dos processos de expulsão. Além disso, como aponta Bastos e Gonzales (1977), relações de trabalho como a da parceria só fortalece e se reproduz em áreas onde os empresários agrícolas não dispõem de certo volume de capital, o que não era o caso da cafeicultura do Planalto da Conquista, uma vez que muitos empréstimos e créditos a juros baixíssimos foram facilitados pelo Estado aos novos cafeicultores.

Assim, os sujeitos sociais que outrora possuíam os meios de produção para subsistir, terra e força de trabalho, viram-se detentores apenas desta última, trabalhando no campo não mais como proprietários da terra, como reguladores da sua vida e do seu tempo de trabalho, mas, sim, como trabalhadores assalariados para os grandes fazendeiros.

Santos (1987), ao discutir sobre o processo de proletarização causado pela expansão da cafeicultura na região, identifica a massa de assalariados que o compõe em três categorias distintas. São elas:

- 1) Os trabalhadores assalariados, representados, em sua maioria, por aqueles pequenos proprietários que venderam as suas terras, e que, uma vez desapossados dos meios de produção, foram se alojar nas periferias das cidades de Vitória da Conquista e Barra do Choça;

- 2) Os pequenos produtores próximos à zona cafeeira, que, embora não se encontrem totalmente disponíveis para o trabalho nos cafezais, empregam-se em determinadas períodos do ano na cafeicultura.
- 3) E os migrantes sazonais, composto de homens e mulheres que chegam à região no período da colheita, originários de lugares mais distantes como a caatinga e, inclusive, de outros estados.

Já Medeiros (2002), em seu texto “*A Greve dos Trabalhadores na Cultura do Café*”, classifica esse proletariado rural em dois grandes grupos:

- 1) A dos trabalhadores permanentes, que vendiam a sua força de trabalho durante todo o ano e assumiam postos que exigiam tratos diários nas propriedades, como o de “tomar conta” das fazendas, os tratoristas, mecânicos, etc.;
- 2) E a dos trabalhadores temporários, que vendiam a sua força de trabalho em períodos específicos do ano, sobretudo na época da colheita, plantio ou limpa.

Entre os trabalhadores temporários, estavam:

- 1) Os boias-frias, que nada possuíam e se empregavam nas fazendas no período da colheita, vivendo, em geral, de “biscates”;
- 2) E os pequenos produtores e/ou posseiros, que trabalhavam na colheita do café no período em que não precisavam trabalhar na própria terra, a fim de complementar renda.

Nesse sentido, o proletariado do café englobou todo trabalhador móvel, desprovido dos meios e instrumentos de produção e disposto a vender “livremente” a sua força de trabalho em troca de um salário. Tratava-se, em geral, de homens, mulheres e crianças que recebiam salários calculados sobre a produção, ocupando postos permanentes ou temporários de trabalho, sem, no entanto, haver a concessão de proteção social ao trabalhador prevista no Estatuto do Trabalhador Rural de 1963

(CRISTO, 2008). O que houve, na verdade, foi a instauração de condições de trabalho extremamente precárias, que, anos mais tarde, em 1980, desencadeou na histórica greve dos trabalhadores do café.

De acordo com Pereira (2011), nas primeiras décadas que se seguiram à introdução do café no Planalto da Conquista, a oferta de emprego nas fazendas era muito grande, atraindo, até mesmo, trabalhadores de outras regiões do estado e do país. Para essa autora, muita da força de trabalho utilizada pela cafeicultura sustentava a duplicidade entre assalariados do café e pequenos proprietários, principalmente aqueles oriundos das áreas da caatinga, e assalariados da cafeicultura e trabalhadores informais/subempregados nos centros urbanos.

Fora da atividade cafeeira, Barreto (1982) afirma que as possibilidades de emprego na região eram muito pequenas ou inexistentes para a maioria. Por isso, a opção era mesmo o café. Os poucos postos de trabalho e as esporádicas atividades na cidade, na pecuária e em outros tipos de cultivos no campo absorviam um número irrisório de trabalhadores, se comparado à grandiosidade do exército de reserva que se formou com a expansão da agricultura cafeeira. Além disso, a não qualificação desses sujeitos levou à reafirmação de um círculo vicioso de privações e falta de oportunidades, que contribuíram efetivamente para que a cafeicultura contasse, em tempo integral, com grande quantidade de mão de obra disponível para exploração, contratando e descartando os trabalhadores a qualquer momento.

Essa grande disponibilidade de força de trabalho na região estabeleceu as bases necessárias para a ampliação dos postos temporários de trabalho no campo, já expressivos no conjunto da força de trabalho rural do Brasil na época. Além de possibilitar a acentuação da eventualidade dos contratos de trabalho, essa massa sobrando provocou o deslocamento contínuo de homens e mulheres em busca da venda de sua força de trabalho.

### **Considerações finais**

As transformações sócioespaciais provocadas pela introdução da cafeicultura no Planalto da Conquista não criaram as condições necessárias para a garantia da reprodução da vida das famílias camponesas, mas, sim, para a inserção marginal desses

sujeitos no projeto de modernização como mera força de trabalho para o circuito de acumulação do capital.

Em outras palavras, o proletariado do café que se formou foi o resultado da penetração do capitalismo no campo (concentração de terras, acumulação de capital, exploração de mão-de-obra barata), representando o lado contraditório do discurso de desenvolvimento promovido pelo Estado, que impulsionou, dentre outras coisas, a expropriação e expulsão de homens e mulheres pobres do campo, transformando-os em trabalhadores assalariados.

### Referências

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**. Ensaios de sociologia do trabalho. 2ª Ed. Londrina: Práxis. 2007. Bauru: Canal 6;

BASTOS, Maria Inês; GONZALES, Elbio. O trabalho volante na agricultura brasileira. In: **Capital e trabalho no campo** [por] Paul Singer [e outros] organizado por Jaime Pinsky. São Paulo, Hucitec, 1977. (Coleção estudos brasileiros, 7);

BARRETO, Vanda Sampaio de Sá. **O impacto social da lavoura cafeeira na Bahia**: relatório de pesquisa. Salvador: SUDENE; SUTRAB, 1981;

CRISTO, Keley Kristiane Vago. **Trabalho escravo rural contemporâneo**: superexploração extremada, latifúndio e Estado. Dissertação de Mestrado em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. Outubro de 2008;

CUT. **III Congresso da Central Única dos Trabalhadores de 1988**;

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Os Homens Pobres Livres na Ordem Escravocrata**. 1974. São Paulo. Ática;

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982;

IANNI, Octávio. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004;

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980;

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1981;

\_\_\_\_\_. **A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária**. Ed. Vozes, 1981. In: Os camponeses e a política no Brasil. 3ª ed. Petrópolis. Ed. Vozes, 1986;

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004;

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. **A Greve dos Trabalhadores na Cultura do Café**. 2002. Disponível em: <http://ruymedeiros.blogspot.com.br/>. Acesso em: Abril de 2015;

MENEZES, Socrátes Oliveira. **De “supérfluos” à sujeitos históricos na contramão do capital**: a Geografia do (des)trabalho. São Cristóvão, SE, 2007. Núcleo de pós-graduação em geografia – NPGeo;

MOSCONI, Luis. **Edvanda**. Uma vida de fé e de muitas lutas. São Paulo: Parábola, 2003;

PEREIRA, Rita de Cássia Mendes. **O trabalhador rural nas fontes da Justiça do Trabalho (Vitória da Conquista-Ba, 1963-1982)**. História Social, n. 21, Segundo semestre de 2011;

SANTOS, Antônio Luiz. **Produção de Riqueza e Miséria na Cafeicultura**: As transformações recentes do espaço rural nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça – Bahia. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 1987;

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro**. Camponeses em luta pelo/no território no sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado em Geografia). São Cristóvão: UFS – NPGeo, 2008.